

Complexo Cafeeiro e Estrutura Financeira: Uma Observação sobre a Economia da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)

Anderson Pires*

A consideração da realidade da economia da zona da Mata mineira e suas transformações estruturais em seu período marcado pelo predomínio da atividade agrícola de exportação impõe uma análise em que tentaremos sintetizar, no espaço mais breve possível, alguns dos elementos que julgamos mais importantes, esclarecidos muito mais como ponto de partida para futuras pesquisas do que propriamente pretendendo encerrar a discussão de aspectos por si só controversos e, assim, marcados por distintas interpretações presentes em trabalhos relativos à historiografia sobre o tema ou a região.

Constituindo-se em um espaço social e econômico que só recentemente vem sendo objeto de estudos sistemáticos, com base em fontes cuja natureza e estrutura permitem uma aproximação muito maior com a realidade empírica a ser investigada, a região da zona da Mata tem demonstrado uma relevância histórica bastante significativa, seja pela diversidade de sua dinâmica social e econômica ou pelas particularidades que contém, principalmente quando inserida no quadro de estudos regionais que, explicitamente ou não, tem assumido algumas interpretações mais recentes na historiografia.

Se sua base de exportação permite sua inserção no quadro geral das economias de feições agroexportadoras que se desenvolveram no país, o contexto político-administrativo e o espaço econômico em que se estruturou configuraram-lhe uma natureza interiorana que vai condicionar boa parte de suas especificidades, aqui entendidas, de início, por assimetrias diversas decorrentes da ausência de uma estrutura de comercialização externa em seu espaço próprio. Além disso, o quadro geral de sua articulação com o próprio universo político do estado de Minas, permeado não menos por contradições e assimetrias quando visto na sua evolução geral, também lhe impôs sérios condicionantes em seu processo próprio de evolução estrutural. Marcada por ser uma das regiões mais ricas e economicamente dinâmicas de Minas Gerais, no período aqui em questão, os limites espaciais em que se desenvolveu a produção agroexportadora da Mata destoam significativamente, quando comparada à vastidão do estado, de seu potencial econômico e os impactos e disseminação da produção cafeeira estiveram longe de constituir uma base

homogênea a caracterizar o conjunto da “unidade” de Minas, contrariamente a outros centros de produção.

Ora, em ambos os casos temos a formação de vetores que, em grande parte, vão impor ao espaço econômico em questão uma posição periférica implícita em qualquer análise que tenha na própria zona da Mata seu objeto principal. Em outras palavras, a *ausência de um núcleo comercial de exportação* e o *deslocamento definitivo da estrutura do poder político estadual*, com todas as conseqüências que poderiam trazer, selaram os limites no interior dos quais esta economia iria se organizar e desenvolver.

É importante perceber que boa parte da bibliografia referente à cidade e região terá neste cenário o ponto de referência fundamental de suas interpretações. Marcadas por secundar conclusões relativas ao contexto do conjunto da província e futuro estado (assumido como uma entidade constituída equivocadamente de uma homogeneidade sócio-econômica interna), tais interpretações têm em comum o fato de reduzir a economia da Mata à sua natureza periférica. Assim, esta economia seria uma espécie de estrutura amorfa e inativa, destituída de contornos e condições que lhe imprimissem uma delimitação enquanto espaço regional e econômico próprio, no interior do qual teria se verificado as condições suficientes de um importante processo de acumulação de capital e da efetivação da transição capitalista que teria marcado outras regiões de produção agrária de exportação no país¹. A consideração desta estrutura como uma *economia de enclave* (que tem predominado em vários estudos presentes na historiografia “mineira”, mesmo que restritos ao século XIX²) é emblemática neste sentido, porque, para além da sua completa ausência de conteúdo e de sua desconsideração de importantes regiões para a formação histórica de Minas, não tem se colocado como um ponto de vista propriamente estimulante para futuros estudos sobre a região.

É certo que esta historiografia deu suas contribuições para o universo histórico regional. No entanto, uma visão mais apurada tem revelado o quanto estas mesmas interpretações têm se distanciado da realidade histórica do município e região. Partindo de um ponto de vista que

* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

¹ LIMA, J. H. (1981). *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Vozes, Rio de Janeiro; CANO, W. (1985). “*Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*”. *Revista Estudos Econômicos*, IPE/USP, São Paulo, 15(2): 291-306, mai-ago.

² “A região cafeeira foi, desde o início, um **enclave exportador** que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com estado do Rio de Janeiro. (...)” MARTINS, R. *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX*. (1982). CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, p. 39 (grifo nosso). MARTINS, R. e MARTINS, A. (1983). “*Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*”. *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 537-568.

íntegra, *a priori*, o universo ínterno das categorias e estruturas que caracterizaram Juiz de Fora e região ao seu arsenal explicativo, outra tem sido a percepção de sua natureza histórica e seus padrões de crescimento, ritmo, dinâmica social e econômica têm revelado uma experiência de desenvolvimento econômico relativamente singular quando confrontada com aquela de outros centros de produção agroexportadores existentes no país no mesmo período.

Em primeiro lugar, seu ciclo básico de produção cafeeira ocorreria dentro dos marcos cronológicos deste trabalho, dotando o núcleo agroexportador desta economia de uma dinâmica suficiente para gerar inúmeros efeitos de encadeamento³ cuja efetivação acabou por constituir-lhe uma diversificação setorial digna de qualquer “complexo agroexportador cafeeiro” que tenha surgido no período, desde que saíamos de modelos que se pretendam tipificadores do conjunto da realidade brasileira⁴. A constituição de uma rede de transportes a partir de meados do século XIX, neste sentido, é significativa: eminentemente vinculada à forma de expansão do cultivo da rubiácea, envolveu agentes econômicos, iniciativas empresariais e (em sua grande maioria) recursos locais, gerados na própria produção cafeeira; dentre seus inúmeros impactos deve ser destacada a integração efetiva do espaço regional à economia de exportação, permitindo a disseminação do cultivo e um amplo crescimento da produção, que acabará colocando a Mata como uma das principais regiões de produção cafeeira do país; além disso, possibilitou a consolidação de um centro urbano de referência e de uma hierarquia de cidades que lhe era imanente e que aos poucos foi se delineando na região. A consolidação de uma capital regional e entreposto urbano deve ser entendida como aspecto central na constituição de qualquer complexo regional porque representa todo o potencial de internalização de investimentos e de fluxos de recursos financeiros gerados na economia da cidade e região, se colocando como ponto de articulação e espaço privilegiado do desenvolvimento de atividades tipicamente associadas ao movimento de reprodução e à expansão capitalista da economia.

Desta forma, também seria digno de nota a emergência de um segmento financeiro-bancário como parte dos efeitos de encadeamento gerados pela produção cafeeira (com destaque para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado em 1889). Para além do impacto imediato da constituição de um aparelho bancário em qualquer economia, representou uma nítida

³ HIRSCHMAN, A. (1985). “*Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.*” In SORJ, B., CARDOSO, F.H. e FONT, M. (1985). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo. CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York.

⁴ CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo**. Difel, São Paulo.

expansão das formas de acumulação do capital agrário da região, envolvendo, como no caso dos transportes, iniciativas e recursos gerados na própria produção cafeeira⁵. Além disso, em se tratando da dimensão financeira da economia, manteve importância estratégica nos fluxos de recursos interestaduais que marca a economia da Mata. Sua estruturação implicou na ruptura de um importante canal de afluência de excedente gerado na economia local para o Rio de Janeiro, ao qual a região tinha até então se inserido como área de financiamento principal; por sua própria natureza institucional constituiu um importante instrumento de captação e retenção de recursos gerados no espaço desta economia e, pelas articulações que manteve como instrumento de crédito do setor produtivo, atuou bem próximo dos “motores de crédito”⁶ que alguns bancos regionais chegaram a desempenhar em outras experiências de diversificação urbana e industrial⁷. As condições principais para internalização dos movimentos de captação, retenção e inversão de excedente no espaço econômico do complexo regional estavam criadas, sendo elas próprias importantes componentes de sua definição enquanto tal.

Deve ser lembrado que o núcleo deste sistema bancário coincidiu com o centro urbano de referência da região, consolidando e contribuindo com sua função de pólo articulador de recursos desta economia. Neste sentido, são merecedores de destaque, dentro do desempenho do Banco de Crédito Real, o comportamento e o ritmo de crescimento da rubrica depósitos⁸, em especial se tivermos em mente sua capacidade de reunir recursos disseminados pela região através da expansão de sua rede de agências não só pela Mata, mas também de outras regiões de Minas. É importante lembrar que a abertura de agências muitas vezes esteve envolvida como contrapartida do Banco aos inúmeros acordos realizados com o governo do estado e sua consequência foi um importante movimento de expansão de crédito para distintos setores de produção (agrários e urbanos) disseminados pelo interior da região da zona da Mata mineira.

É sob este universo das relações do Banco com o estado de Minas que se percebe a importância do surgimento do sistema bancário local como uma das formas em que concretizou também os efeitos de encadeamento fiscais na região. Parte integrante importante das assimetrias

⁵ PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. Capítulo 3.

⁶ PIRES, A. (2004). **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo. p. 219

⁷ COTTRELL, P. (1993). **Industrial Finance, 1830-1914**. Gregg Revivals, Methuen, p. 13-16; HANLEY, A.G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. Op. cit. p. 73; POWELL, E. (1966). **The Evolution of the Money Market, 1385-1915**. Frank Cass and Co. Ltd., London, p. 117-24, pp. 285-86; 122. NEAL, L. (1997). “*The Finance of Business during Industrial Revolution.*” In FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. (1997). **The Economic History of Britain since 1700**. Cambridge University Press. Vol. 1, p. 168

acima consideradas, o fluxo de recursos obtidos pelo estado com a estrutura tributária que incidia sobre o café envolvia um volume bastante significativo⁹ e, dada a feição regional extremamente desigual de Minas no período, era inevitável o deslocamento entre o espaço principal de captação e aqueles de destino destes mesmos recursos¹⁰.

No entanto, esta constituição bastante singular dos efeitos de encadeamentos fiscais para a região, pelo contraste, só corrobora a idéia de estruturação de um complexo agroexportador regional na zona da Mata. A estreita relação mantida entre o próprio estado e o aparelho institucional de crédito representado pelo Banco possibilitou que os recursos obtidos predominantemente na economia regional (mas catalisados e reunidos fora de seu espaço econômico) pudessem retornar para a própria economia local, ao menos aquela parcela dedicada à concessão de crédito para a lavoura cafeeira, fosse de curto ou longo prazo, envolvido ou não com os planos de valorização que caracterizam o período.

Quando se pensa na capacidade do Banco em reunir recursos (públicos e privados) que foram disponibilizados para suprir demandas financeiras específicas, determinadas pela forma de organização da produção de agroexportação e sua natureza essencialmente endógena do ponto de vista regional, percebemos a importância da confluência dos efeitos de encadeamento fiscais e aqueles de natureza financeira a caracterizar a estrutura de financiamento de Juiz de Fora e região. A partir dela consolida-se um circuito financeiro em que oferta, demanda e transações de recursos e valores no tempo vão se efetivar no mesmo espaço econômico, denotando a existência de um mercado financeiro¹¹ no interior do *complexo agroexportador de Minas*, questão à qual retomaremos ainda nesta análise.

⁸ PIRES, A. (2004). Op. cit. Tabela 47.

⁹ “Se bem que tenha caído ao longo da década (...), é fundamental a participação do imposto de exportação na receita do governo do Estado de Minas nos anos 20. Chega, na primeira metade da década, a corresponder à metade do total da arrecadação pública. Neste período em torno de 70% desse imposto é pago pelo café (...). Se agregássemos a esse tributo as outras arrecadações que incidem sobre o café (...), constataríamos que, sem dúvida, a maior fonte de receita do governo do Estado nessa época era constituída pelo café, a ponto de se afirmar que a situação do orçamento estadual era extremamente dependente do ciclo cafeeiro.” COSTA, F.N. (1978). **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2 vol. p. 71

¹⁰ MIRANDA, S. (1999). **Cidade, Capital e Poder**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, p. 137

¹¹ “Os mercados de crédito ocupam um lugar destacado na história econômica uma vez que os especialistas estão plenamente convencidos de que os fluxos de empréstimos são controlados por instituições específicas que reduzem os problemas de informação assimétrica. Em outras palavras, as relações de crédito dependem de instituições que ajudam tomadores e provedores de recursos a conhecerem mais um sobre os outros.(...) Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definimos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preços, informações ou em uma combinação de ambos. Ele pode ser imperfeito no sentido de que os custos de transação (a diferença entre o que um comprador paga e um vendedor recebe) podem ser expressivos. Uma relação destes custos de transação pode ser longa; mas no que se refere ao crédito ela inclui não apenas taxas para a realização de empréstimos e contratos, mas também impostos, custos para se encontrar um provedor disponível ou as perdas decorrentes da insolvência dos devedores (...).” HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**.

Mas a dinâmica do núcleo agroexportador também tornou possível a transformação das relações sociais que caracterizavam a estrutura de produção desta economia, envolvendo rearranjos que resultaram numa gama relativamente diferenciada de relações sociais de produção tipificadas pela articulação da força de trabalho em níveis variados com o mercado. Mesmo assim, estas novas relações sociais vão permitir que uma parcela relativamente importante da renda gerada pelas exportações (aquela destinada à reprodução da força de trabalho) se transformasse em recursos monetários disponíveis para consumo¹². Desta forma, os efeitos de encadeamento de consumo, um dos principais vetores da transformação urbano-industrial nas economias aqui em consideração, ganharam uma nova dimensão e puderam desempenhar no seio da economia regional todo o potencial de diversificação e dinamização econômica que pode produzir: a monetização generalizada das transações envolvidas na economia, um grande impulso por demanda monetária e a constituição de um mercado de consumo de massa, voltado basicamente para satisfazer a demanda e a reprodução da força de trabalho radicada no complexo.

O corolário imediato desta última transformação do universo social da estrutura de produção agroexportadora local foi a criação de condições para o desenvolvimento de um parque industrial pequeno de início, mas que acabou por assumir uma proporção e diversidade tais que colocaram o seu pólo urbano de referência como o mais importante núcleo industrial de toda a unidade administrativa da qual fazia parte¹³. A industrialização mineira, que teve no século XIX um importante momento de crescimento e expansão (principalmente em seu ramo têxtil e nas regiões Centro e Norte do estado¹⁴), conheceu no final do mesmo século um sintomático movimento de deslocamento para aquela região que tem sido considerada seu “apêndice agroexportador” e que, como se sabe, constituiu resultado de estruturas econômicas fundamentalmente regionalizadas, dotadas de contornos e ritmos próprios, fundamentando assim movimentos de acumulação de capital bastante diferenciados entre si. *O distanciamento entre o processo de industrialização e a estrutura agrícola de mercado externo, demasiadamente*

University of Chicago Press, p. 11-12. ROSENTHAL, J.-L. (1994) “*Rural Credit Markets and Aggregate Shocks.*” In **Journal of Economic History**. Vol. 54, n. 2., jun. , p. 288. O leitor encontrará uma boa análise da evolução do conceito de mercado na literatura em SWEDBERG, R. “*Markets as Social Structures*”. In SMELSER, N.J. and SWEDBERG, R. (1994). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, pp. 255-283.

¹² PIRES, (1993). Op. cit. Capítulo 3. SARAIVA, L.F. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói.

¹³ GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

¹⁴ OLIVEIRA, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906**. PhD. Thesis, University College, London.

ressaltado por alguns setores da historiografia de Minas, não deve ser validado para o conjunto da experiência mineira.

Além de seu porte, o processo de industrialização da cidade resultou numa estrutura industrial significativamente diversificada, onde além da produção de uma gama extremamente variada de bens de consumo, não estiveram ausentes setores como mecânica, química, embalagens, papelão, metalurgia, cimento, papel, entre outros. A presença destes setores só indica que a industrialização local se deu em um ritmo tal e atingiu proporções suficientes para gerar induções a investimentos em outras indústrias que, por sua natureza, implicavam na produção de insumos e bens de capital para o próprio setor industrial¹⁵. Neste sentido, é importante lembrar que os setores de mecânica e litografia (para além da produção de tornos, prensas, teares, turbinas, máquinas, fornos, etc.) chegou a produzir motores elétricos que foram colocados em teste para produção em série¹⁶, um refinamento em se tratando de uma industrialização “periférica”. Esta simbiose, onde distintos setores industriais se articulam e complementam, mesmo que não tenha se definido no interior do espaço econômico em questão, não é comum a todos os processos de industrialização e afasta definitivamente aquelas visões que procuram reduzir a experiência de industrialização local a um mero surto industrial¹⁷.

É certo que setores como o de mecânica marcavam presença já nas primeiras fases da industrialização do município, dado seus estreitos laços iniciais com a produção de exportação, autêntico representante, que foi, dos efeitos retrospectivos dentro do complexo. Além disso, sempre esteve articulado à economia agrícola de mercado interno (outro componente extremamente importante do complexo regional) acompanhando o crescente significado da agricultura de alimentos *pari passu* ao desenvolvimento de centros urbanos de importância na Mata. Assim, a presença de máquinas de beneficiamento de arroz, milho, cana, fumo, além de engenhos diversos, moinhos, arados, irrigadores vão assumindo uma proporção cada vez mais significativa entre os produtos do setor¹⁸.

O setor agrícola vinculado ao mercado interno regional, inconcebível fora do universo agrário de exportação ao qual se articulava, também desencadeou outros importantes efeitos

¹⁵ PIRES, A. (2004). Op. cit. Capítulo 3

¹⁶ Ainda em 1919, um anúncio de um jornal local noticia a construção de dois motores elétricos de 6 HP, ressaltando: “...*tendo sido todo o material empregado na sua confecção exclusivamente nacional, com exceção apenas dos fios de cobre.*” Diário de Minas 02/10/1919.

¹⁷ TOYOSHIMA, S.H. (1986). **Evolução de uma Economia Periférica: o caso de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo. PAULA, M.C. (1976). **As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora –1930/1970**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.

multiplicadores na economia local, contribuindo decisivamente para seu processo de diversificação econômica e da própria constituição e definição do complexo agroexportador da Mata. A produção de leite, a indústria de laticínios e o seu correlato setor produtor de insumos e máquinas para a elaboração do produto e derivados constituem um excelente exemplo das dimensões e potenciais envolvidos no processo de acumulação de capital fundamentado na produção agrária de mercado interno da economia¹⁹.

Mas talvez seja a estrutura comercial do município de Juiz de Fora aquela que mais represente o potencial gerado pelo mercado interno criado no complexo agroexportador da Mata. Por este mesmo motivo incorporou, por sua própria natureza e funções desempenhadas na economia, as assimetrias decorrentes da identidade *exportadora* do complexo e sua natureza *interiorana*. Mantendo uma importância dentro do complexo regional que dispensa comentários, a evolução da estrutura comercial de Juiz de Fora possui um significado que vai transcender os próprios limites espaciais na qual estava inserida. Primeiro porque a estrutura de comercialização externa do produto principal sempre esteve deslocada em relação ao espaço da produção exportadora, componente essencial, como já observado, da natureza periférica da economia aqui em consideração. Segundo porque sintetizou o conjunto da demanda gerada nesta economia por distintos bens de consumo e produção e, pela proximidade com o Rio de Janeiro, manteve posição privilegiada como centro de articulação e distribuição de produtos, por exemplo, importados, os únicos a satisfazer durante boa parte do período as demandas geradas não apenas no complexo regional como também de outras tantas regiões de Minas.

Quanto aos recursos envolvidos é importante salientar, antes de mais nada, o posicionamento secundário ocupado pelo município no conjunto deste circuito dada sua impossibilidade de contato direto com o mercado internacional. Mas sua colocação como empório comercial de mercados que se disseminavam pelo interior, alguns importantes porque alimentados por rendas geradas por exportações, permitiu, também parcialmente, a internalização dos fluxos de recursos que tiveram na própria cidade um de seus pontos de confluência mais importantes. O resultado foi a criação de uma estrutura comercial extremamente forte e diversificada, que correspondeu à colocação do município como um dos principais centros atacadistas do estado com o correspondente crescimento da riqueza comercial e mercantil de Juiz

¹⁸ PIRES, A. (2004). Op. cit. p. 101 ss.

¹⁹ DESTRO, J.A. (1998). **Do Café para o Leite: A Pecuária como Alternativa Econômica ao Café (1896/1940)**. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Econômica, FEA/UFJF, mimeo.